

15 de outubro de 2024

O PAPEL DOS BANCOS NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL*

Intervenção do presidente da APB, Vítor Bento

1. Introdução

[Video – Trailer Back to the Future II](#)

Sei que já passaram 30 a 40 anos desde a famosa saga. E que, por isso, aos mais novos pouco dirão as viagens no tempo de Marty McFly e Doc Emmet Brown – no seu *DMC DeLorean*, adicionado de um “*capacitador de fluxo*” que o transformou na máquina do tempo de *Back to the Future*. Mas **viajar no tempo é um tema recorrente da ficção científica**. Esta referência, que é da minha geração, era talvez mais divertida que as mais recentes.

Mas aquilo de que poucos se apercebem é que **viajar no tempo é já uma realidade acessível** a todos. E que **os émulos do mítico *DeLorean modificado* são os bancos**, virtuais máquinas ou portais do tempo, que permitem **ir do presente ao futuro e voltar**.

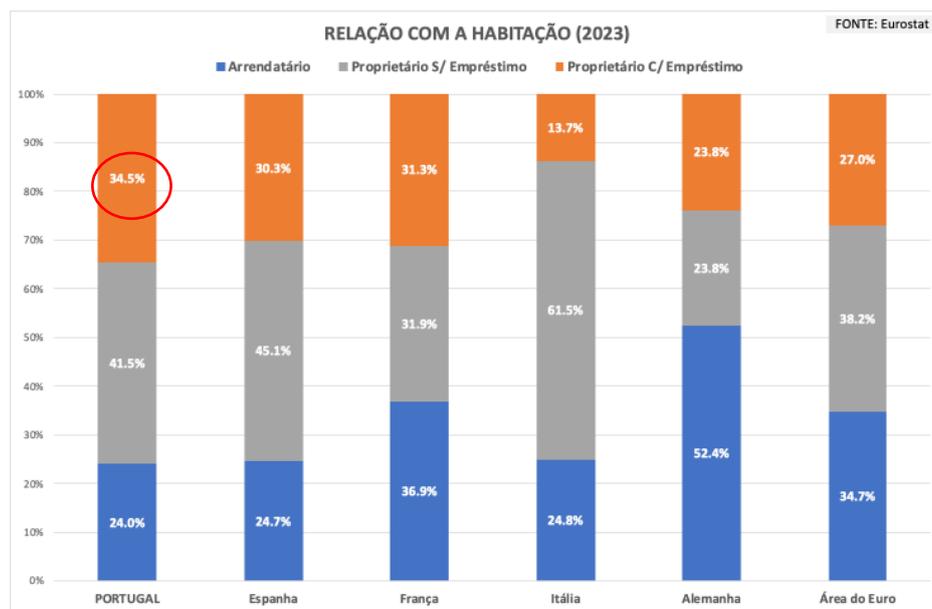
Veja-se, por exemplo, o **problema de um jovem que precisa de comprar casa e não tem dinheiro** para o efeito – que é a situação mais comum. Mas esse ou essa jovem sabe que os **rendimentos da vida activa que tem pela frente lhe fornecerão o capital necessário**. Mas também sabe que essa sua **capacidade financeira se situa no futuro distante, enquanto a sua necessidade de habitação é actual**, no presente.

* Intervenção na Conferência comemorativa dos 40 anos da APB

Como resolver o problema? Como colmatar o hiato temporal que separa a necessidade presente da capacidade futura? Como conseguir aceder ao dinheiro de que irá dispor no futuro para comprar a casa de que precisa hoje?

Vai ao banco! Ao adiantar-lhe hoje esse dinheiro, através do crédito, o **banco funciona como se fosse um *portal do tempo***, que **permite** ao ou à jovem em causa **ir ao futuro** buscar as **disponibilidades financeiras que um dia serão suas e voltar** com elas **ao presente** para as **usar agora**, quando lhe fazem falta.

2. O acesso das famílias à habitação através do *capacitador* bancário



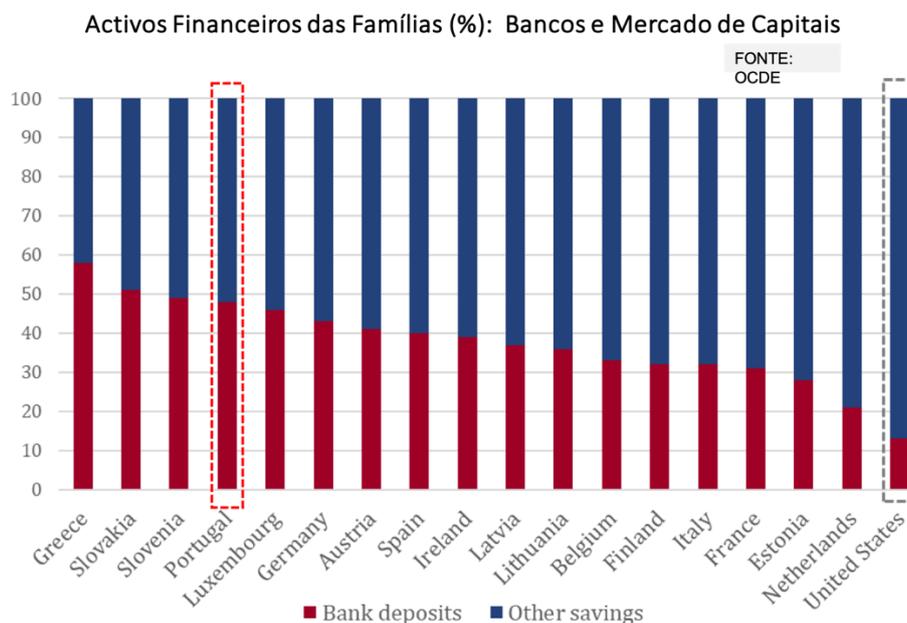
Como mostra o gráfico, **Portugal** é um dos países europeus onde estas viagens no tempo, com o **“capacitador de fluxo”** que é o **crédito bancário**, mais contribuem para o **acesso à habitação**. E se tivermos em conta que o gráfico dá a imagem estática de um momento – o ano de 2023 –, e mentalmente o dinamizarmos em retrospectiva, facilmente percebemos que muitas das **famílias** que ali aparecem como **“proprietárias sem empréstimo”**, **também adquiriram as suas habitações através de empréstimos**; só que, entretanto, já os liquidaram.

E percebemos que foi **através** desses portais do tempo que são os **bancos** que uma **muito grande parte das famílias portuguesas – talvez não muito longe dos 2/3 – conseguiu aceder à habitação**. O que não pode deixar de reconhecer aos **bancos um importante papel como agentes de capacitação social**. Sobretudo **dos menos capacitados** à partida. E que são, em geral, **os jovens**, em começo de vida própria.

O exemplo das viagens no tempo para a compra de habitação pode ser facilmente **estendido a outras necessidades** onde as famílias precisam de “aceder” aos rendimentos futuros para satisfazer apelos mais imediatos: desde a **compra de carro, a viagens, a estudos, a problemas de saúde, ou seja o que for**. Também para estas necessidades, os bancos são **capacitadores sociais**.

3. O transporte de valor nos dois sentidos da máquina do tempo

Estes **transportes de riqueza proporcionadas pelas pontes inter-temporais dos bancos não decorrem apenas num sentido** – trazer riqueza do futuro para o presente. Funcionam também em sentido inverso, **permitindo aos que dispõem de poupança acumulada no presente destiná-la a necessidades futuras**.



4. As empresas também viajam no tempo através dos bancos

As **oportunidades de viajar no tempo** através dos bancos não se cingem obviamente às famílias. **Estendem-se às demais actividades económicas** que se confrontam com os mesmos desfasamentos temporais entre necessidades e capacidades.

O crescimento da economia depende da **capacidade de investimento** (e da sua eficiência, é claro). A capacidade de investimento, geradora da **riqueza futura**, por sua vez, depende de se conseguirem mobilizar o rendimento que a **máquina produtiva** irá criar no futuro para que, hoje, se possa pôr a **máquina em movimento**. Mais uma vez, são os bancos, e o seu crédito, quem proporciona às empresas a viagem no tempo que permite ir ao futuro buscar esse rendimento para cobrir a necessidade de investir hoje.

5. Futuros alternativos

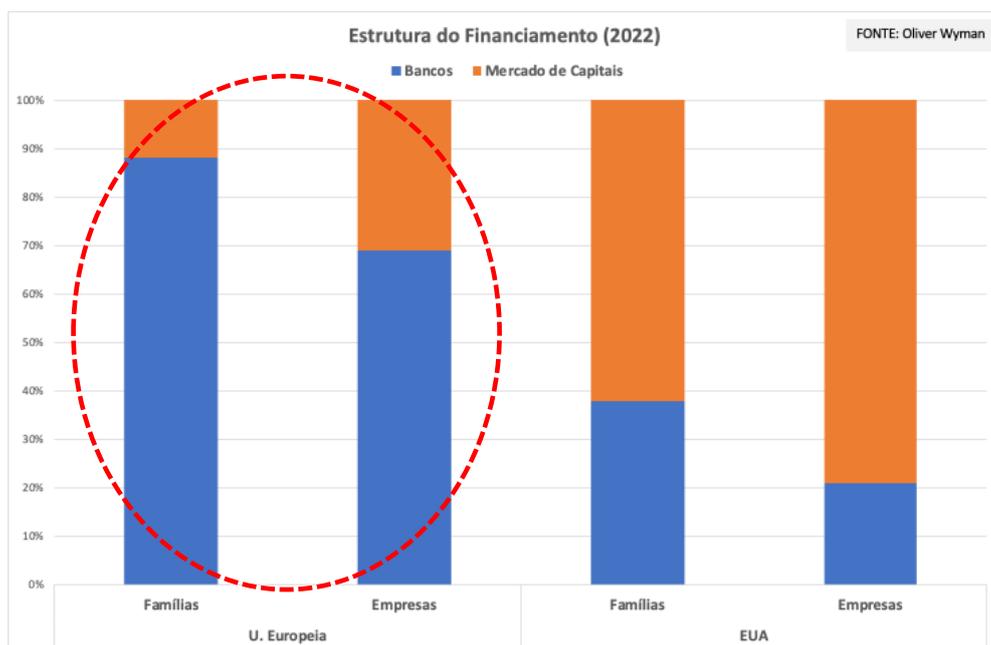
Situação que remete para um outro tema também recorrente da ficção científica, que é o da existência de **vários futuros possíveis e alternativos**. (Há diversas séries sobre isso disponíveis no *streaming*).

Também aqui haverá, pelo menos, dois futuros alternativos, consoante as empresas consigam, ou não, concretizar os seus projectos de investimento: sem eles, a sociedade empobrece; com eles, a sociedade prospera. E são os bancos que oferecem a chave para aceder ao caminho que conduz ao futuro mais promissor.

Expandindo a metáfora, um empresário, um gestor, ou um político podem imaginar um futuro promissor originado num projecto que tenham em mente, com a correspondente criação de riqueza e de empregos. Esse é um futuro possível. Mas se não dispuser da ponte intertemporal do crédito bancário, que lhe permita ir a esse futuro imaginado buscar os recursos necessários para o investimento que tem de ser feito agora, esse futuro imaginado não se

materializará. Em seu lugar, tornar-se-á realidade um outro futuro, alternativo, onde não se criam os empregos, não se pagam os salários, não se fazem as encomendas a fornecedores, não se oferecem novos produtos ou serviços a clientes, nem se pagam os correspondentes impostos que o futuro imaginado prometia oferecer. Ou seja, sem os bancos, o futuro realizável acaba mais pobre do que o futuro desejado.

É claro que, em teoria, **há outros portais do tempo**, que não apenas os bancos, para assegurar o transporte de riqueza entre futuro e presente, ou vice-versa. Mas como não estamos numa aula de economia a enunciar possibilidades teóricas, devemos focar-nos no que é a **realidade concreta, nacional e europeia**, onde, de facto, **são os bancos que têm o papel preponderante na intermediação financeira** e, por conseguinte, no financiamento das empresas e das famílias, como se vê no gráfico.



6. Os riscos da viagem

É importante notar que a **actividade bancária, tendo um grande impacto social, se rege pelas leis da economia**. O alcance e a eficácia da sua acção depende das condições económicas para o desempenho da actividade.

Prosseguindo com a metáfora, um dos riscos destas viagens financeiras pelo tempo é o da **discordância entre os futuros imaginados** com base nos quais se inicia a viagem para recolha da riqueza futura **e os futuros realizados**, onde essa riqueza pode, ou não, materializar-se.

Nas ficções, a **discordância de futuros** é habitualmente representada pelo **súbito aparecimento ou apagamento de um objecto ou uma pessoa, consoante a sua existência conste ou não do futuro, que entre os alternativos, se vai materializando em realidade**.

Assim, **um cliente pode**, através do portal do seu banco, **ir a um seu futuro imaginado** buscar a riqueza para realizar o investimento ou a compra de casa de que hoje precisa. Mas as **subsequentes escolhas ou circunstâncias da vida acabam por materializar um futuro diferente**, onde **essa riqueza não existe**. Ou seja, o cliente foi ao futuro imaginado buscar a riqueza que, afinal, não haverá no futuro realizado.

Tal como nos episódios da ficção científica, também aqui a **discordância dos dois futuros se traduz num apagamento desse valor nas contas do banco**. O que quer dizer que, quando estas viagens correm mal, se abre **um rombo no portal**, fragilizando-o e tornando **futuras viagens mais difíceis**.

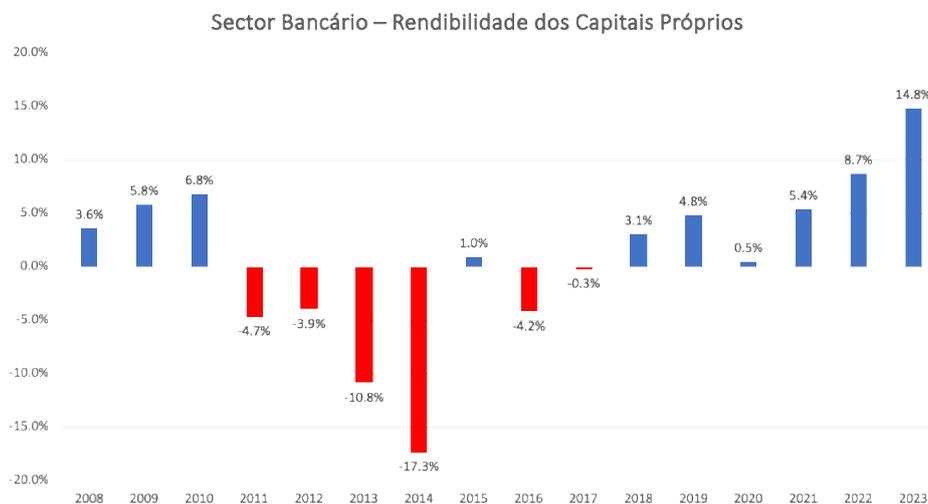
Para obstar a, ou reparar, tais **amolgamentos da estrutura**, as máquinas do tempo de que falo precisam de **fortalecer o seu arcaboço e apurar o escrutínio dos futuros imaginados pelos seus viajantes**. O que, na linguagem mais prosaica da vida bancária, quer dizer **fortalecer o capital e reforçar a gestão de risco**.

7. Desenvolvimento, Capital e Rendibilidade

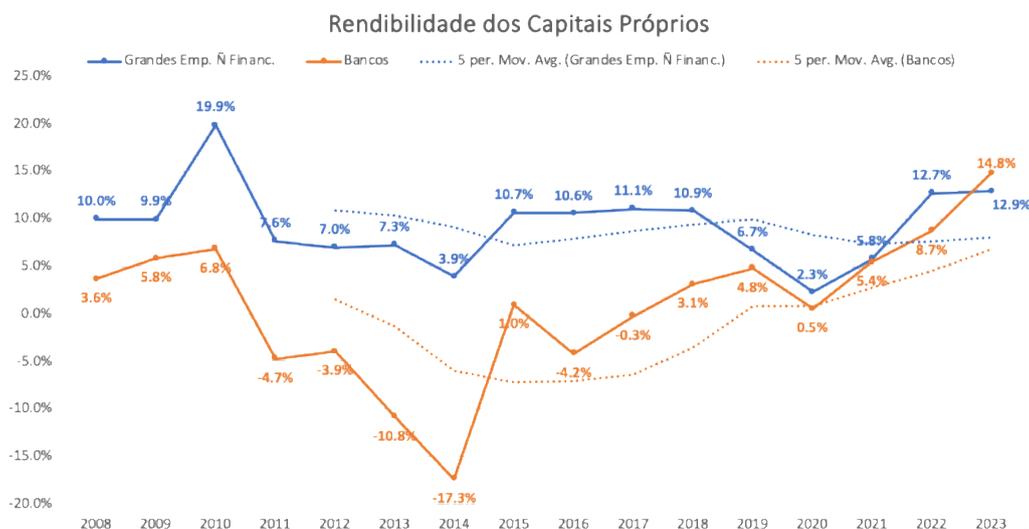
No que respeita ao capital, a capacidade de o atrair depende da **capacidade de gerar rendibilidade** que interesse os investidores. Investidores que os bancos têm de disputar com outras actividades e, para isso, oferecer rendibilidades tão boas ou melhores do que as alternativas. **Ninguém investe** num banco, como em qualquer outro negócio, se não tiver uma **forte expectativa de ver o capital remunerado ou aumentado**, pelo menos tanto quanto poderia conseguir num investimento alternativo de risco semelhante.

Ou seja, e para que não restem dúvidas, **o desenvolvimento económico e social depende de bancos rentáveis.**

Olhando para o **passado próximo**, só nos dois anos mais recentes, os bancos nacionais conseguiram **rendibilidades razoáveis** para atrair investimento.



Mas, se olharmos retrospectivamente, verificamos que a **rendibilidade do sector tem sido pouco atractiva**, quer em termos absolutos, quer por **comparação com a que é proporcionada pelas grandes empresas do sector não financeiro.**



E por isso, o valor de mercado dos bancos europeus cotados continua abaixo do seu valor contabilístico.

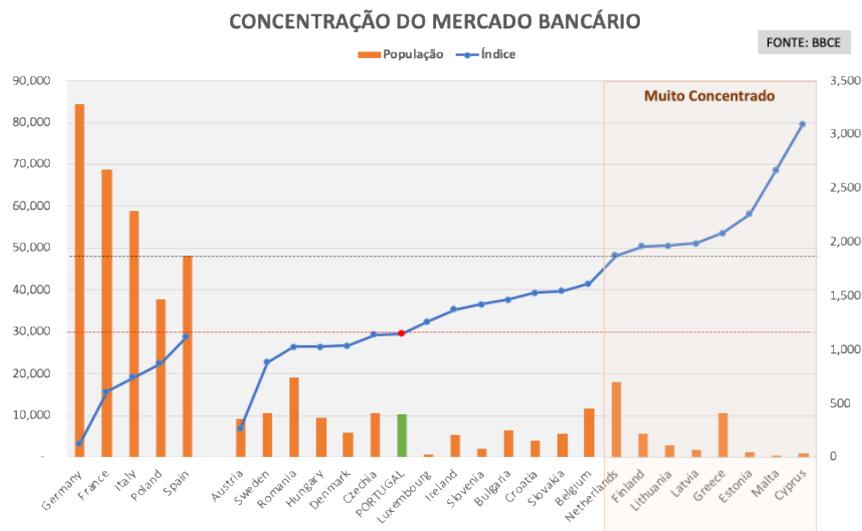
8. Concentração e concorrência

Deixem-me ainda aproveitar esta oportunidade para desfazer um mito, que tem a ver com a estrutura industrial do sector. Contrariamente à narrativa mitificada, a actividade bancária em Portugal desenvolve-se em ambiente concorrencial.

Existem actualmente no país 62 bancos, que integram um total de 142 instituições de crédito. E o mercado está aberto à operação de instituições localizadas em qualquer outro país da União Europeia. De facto, cerca de 30% do endividamento das empresas por via de empréstimos tem origem no exterior. Valor que é negligenciável no caso das famílias.

E não posso deixar de assinalar que as instituições que aqui operam a partir do exterior têm uma forte vantagem competitiva, pois não pagam a fiscalidade especial e extraordinária a que as residentes estão sujeitas, nem são abrangidas pelo *gold plating* da regulação nacional (refiro-me aos acrescentos regulatórios que as autoridades nacionais gostam de apor à regulação europeia, na ineficiente lógica do “já agora”).

Mas, se considerarmos que o número de instituições pode ser pouco relevante para avaliar as condições concorrenciais, pois pode haver elevadas quotas de mercado, podemos olhar para os consagrados indicadores de concentração, como é o caso do **Índice Herfindhal**. Para qualificar o resultado do índice, temos de olhar para a dimensão dos mercados, pois que, por natureza, mercados pequenos tendem a ser menos dispersos.

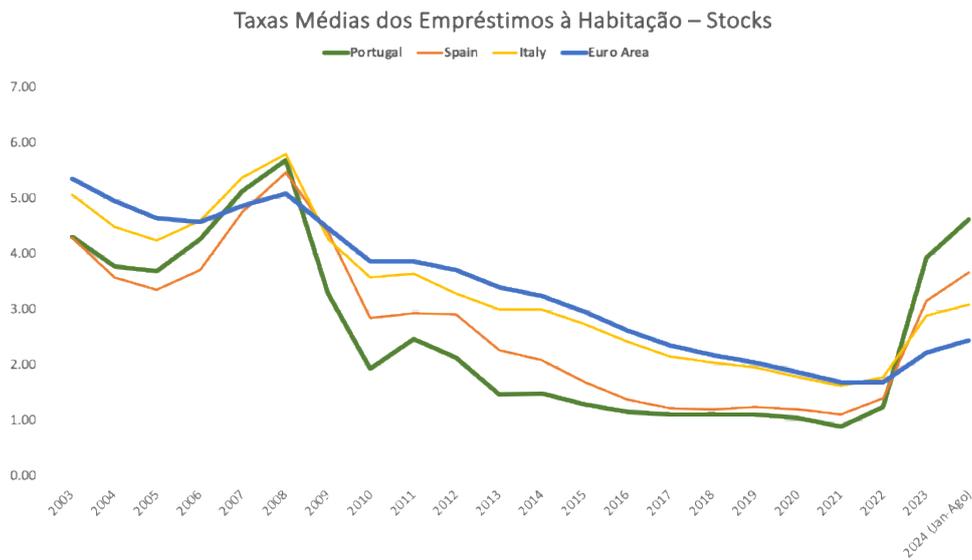


Usando a população como *proxy* da dimensão dos mercados, podemos verificar que Portugal apresenta um índice muito moderado de concentração, em linha com o expectável para a sua dimensão, e, ainda assim, ao nível de Espanha (com mercado muito maior) e muito inferior ao dos Países Baixos, Grécia ou Irlanda.

E um dos reflexos disso está na comparação das taxas de juro, nomeadamente do crédito à habitação, que é o de risco mais facilmente comparável.

O resultado desta comparação pode ser resumido no seguinte: durante os 21 anos que decorreram entre 2003 e 2023, a diferença entre as taxas de juro do sistema bancário Português e as da Área do Euro foi de cerca de 0.9 pontos percentuais, o que, se aplicado ao saldo médio do crédito à habitação neste período, sugere uma poupança acumulada dos encargos das famílias portuguesas na ordem dos 20 mil milhões de euros (cerca de 1 milhão

por ano, em média), ou seja, cerca de 1/3 dos juros pagos. O que é muito o resultado da preferência, no período, por taxa variável, preferência que as circunstâncias favoreceram até muito recentemente.



9. Conclusão

Espero, de uma forma um pouco diferente do habitual, ter conseguido **mostrar: i) o papel fundamental dos bancos no desenvolvimento económico e social do país; ii) como a eficácia desse papel depende das perspectivas de rentabilidade que os bancos consigam oferecer aos investidores para atrair o capital necessário; e iii) como o mercado português é concorrencial e como isso se traduz em benefício, nomeadamente para as famílias.**

Obrigado.